



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria Municipal Nº 032/2025 – GP, instruções normativas e suas alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 463/2026

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

REGIME DE EXECUÇÃO:

Preço Fixado + Habilitação

VALOR ESTIMADO

R\$ 19.858.300,90

FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Parcelado

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

O edital estará disponível, eletronicamente, através do Portal da Transparência do Município de Atalaia do Norte/AM, e no Portal Nacional de Compras Públicas. – PNCP.

VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

O cadastramento poderá ser realizado no prazo de 12 (doze) meses de sua publicação, a qualquer tempo, sendo que o período de vigência contratual de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que haja interesse da Prefeitura Municipal e do credenciado.

DIA, HORÁRIO, LOCAL DO CREDENCIAMENTO:

- Setor de Licitação, situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep. 69.650-000.
- Data: O Edital de credenciamento ficará disponível por período de 12 (doze) meses, após a data de sua publicação.
- Disponibilidade do Edital: 27/03/2026 à 26/03/2027.
- Horário de recebimento de Credenciamento: 08h:00 às 12h:00 (horário local)



EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 463/2026 CREDENCIAMENTO Nº
003/2026

O MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE, ESTADO DO AMAZONAS, por meio da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML, com sede na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro CENTRO, Atalaia do Norte/AM. Cep. 69.650-000, representado neste ato pela Comissão de Contratação, designada pela Portaria Municipal Nº 031/2025 – GP, que, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento dos interessados que se fará realizar o **Credenciamento nº 003/2026**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas correlatas em vigor e pelas condições estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital de Credenciamento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM**, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

1.2. O credenciamento será dividido em itens, conforme tabela constante no item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo de credenciamento todos os interessados comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as condições específicas de habilitação e que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, observadas ainda a Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais normas pertinentes em vigor.

2.2. A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital.

2.3. **NÃO PODERÁ PARTICIPAR** do presente Credenciamento a pessoa jurídica:

- a. suspensão de participar de licitações e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM;
- b. declarada inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c. estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- d. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



- e. entidades empresariais que estejam sob falência, em processo de dissolução total ou liquidação;
- f. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si; e
- g. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

Nota explicativa¹: A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Atalaia do Norte (AM) coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas, que isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios ou grupos de empresa não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios ou grupos, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

- i. agente público do órgão ou entidade licitante;
- j. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão no 746/2014-TCU-Plenário);

2.4. A observância das vedações do item 2.3 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.5. Os interessados em adquirir cópia do edital e seus anexos estarão disponíveis no Site da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, link: <https://atalaiadonorte.am.gov.br>, bem como no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

3. DOS REQUISITOS DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados para o endereço da Comissão Municipal de Licitações situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep: 69.650-000.

3.2. O conjunto de documentos apresentados deverá conter:

- I – Requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo IV, datado e assinado pelo representante legal; e
- II – Documentos necessários à habilitação previstos no item 3.4.

3.3. A documentação de habilitação deverá ser encaminhada **EXCLUSIVAMENTE** na sede da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, situado na Rua Augusto Luzeiro, nº 65 – bairro Centro, Atalaia do Norte/AM. Cep: 69.650-000, sendo estes:



3.3.1. Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

Os documentos acima deverão estar acompanhados do ato de constituição e de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.

3.3.2. Habilitação Fiscal e Trabalhista – Pessoa Jurídica e Física:

- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (pessoa jurídica);
- i) Comprovante de inscrição estadual da sede do licitante (pessoa jurídica);
- j) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- m) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta



junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

- n) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

3.3.3. *Qualificação econômico-financeira:*

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
 - b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - b.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- c) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

3.3.4. *Qualificação Técnica:*

- a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a experiência profissional, juntamente com a Certidão de Regularidade profissional emitida pelo CRM/AM;

O (s) Atestado (s) deverão comprovar a boa e regular execução do serviço ao objeto do Edital e seus anexos;

A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

- b) A licitante deverá apresentar Licença Sanitária em vigência, emitida por entidade pública municipal ou estadual. Quando não houver indicação de prazo de validade pelo emissor do documento, serão consideradas válidas licenças emitidas a partir de 2024. Em caso de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



licenças emitidas antes desse prazo, apresentar documento autenticado que ateste a validade da licença, emitido pela instituição pública responsável.

c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

3.3.5. Declarações a apresentar, a licitante declara:

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d) Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- g) Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- i) Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- j) Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso). segue a declaração conforme anexo IV desse edital.
- k) Declaração de que não possui impedimento legal para contratar com o poder público.
- l) Declaração de inexistência de vínculo funcional que gere impedimento (conflito de interesses – Lei 14.133/21).

3.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

3.5. Quando da análise da documentação, a comissão de contratação deve levar em consideração que eventuais desatendimentos de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará o afastamento do licitante ou a invalidação do processo.

3.6. A comissão de contratação sempre que tiver dúvidas acerca da autenticidade da documentação ou de seu conteúdo deverá promover diligências a fim de dirimir e esclarecer a documentação, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. A comissão de contratação, poderá ainda realizar diligências, no sentido de confirmar a validade de documentos que tenham expirado após a data de recebimento dos documentos, por meio eletrônico ou solicitação de informações ao órgão emissor, devendo consignar em ata quais as diligências realizadas.

3.8. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciam-te, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

3.9. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os



requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

3.10. Do Procedimentos de verificação do Documentos de Habilitação:

3.10.1. A habilitação será verificada pelos agentes de contratação.

3.10.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

3.10.3. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

3.10.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.10.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

4. DO PRAZO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO LICITANTE

4.1. A documentação apresentada pelo licitante, nos termos do item 3 deste Edital será analisada pela comissão de contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento, sendo que o resultado da análise deverá ser consignado em ata e divulgado por meio eletrônico aos licitantes e publicado nos Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas e Diário Oficial da União.

4.2. Constatado que o licitante atende as exigências do edital, a comissão de contratação procederá ao credenciamento do proponente.

5. DO CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADO

5.1. A contratação ocorrerá de forma paralela e não excludente.

5.1.1. Não sendo possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados em período ordinário, será adotado a ordem cronológica da entrega dos documentos, com critério objetivo de distribuição da demanda:

a) Ordem Cronológica de Credenciamento;

5.2. Os credenciados apenas terão mera expectativa de contratação.

6. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

6.1. Após o recebimento e análise da documentação apresentada pelos licitantes, o agente de contratação procederá a elaboração da lista de credenciados, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado do Municípios do Estado do Amazonas e no Diário Oficial da União.

7. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

7.1.1. A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.



7.1.2. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no Portal da Transparência.

7.1.3. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

7.1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal da Transparência.

7.2. Após a decisão sobre a habilitação, o licitante deverá manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, através de ofício ou meios oficiais e protocolar na sede do Prédio da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, ou no email: comissao municipaldelicitacao25@gmail.com;

7.2.1. O interessado poderá apresentar a razões recursais, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua manifestação de intenção de recorrer.

7.2.2. O recurso será dirigido a comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

7.2.3. A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

8. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após divulgação da lista de credenciados, Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

8.1.1. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, decreto federal nº 11.878/2024 e no edital de credenciamento.

8.1.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado será de 05 (cinco) dias corridos, após a convocação encaminhada pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM.

8.1.3. A convocação do Credenciado, após a publicação no Diário Oficial, será via email e diário oficial dos municípios do Estado do Amazonas.

8.1.4. O prazo de que trata o subitem 8.1.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

8.2. Previamente a assinatura do Termo de Credenciamento, a comissão de contratação deverá verificar a regularidade fiscal do credenciado, realizar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), a fim de atestar a manutenção das condições de habilitação do credenciado.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A atualização dos Preços será realizada de acordo com o disposto no item 1.4 do Anexo I – Termo de Referência.

10. DO DESCRENCIAMENTO

10.1. As hipóteses descredenciamento são as seguintes:

- a) pedido formalizado pelo credenciado;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) recusa injustificada da prestação do serviço;



- d) descumprimento injustificado do contrato pelo credenciado; e
- e) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

10.1.1. O pedido de descredenciamento de que trata a letra “a” não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes, devendo o pedido ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

10.1.2. Nas hipóteses previstas nas letras “b” e “c”, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade.

10.2. Se houver a efetiva entrega do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

10.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso pela autoridade superior, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

11.2.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de vigência do credenciamento.

11.2.2.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.2.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa.

11.2.4. fraudar o credenciamento.

11.2.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.2.5.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

11.2.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento.

11.2.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

11.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.3.1. advertência;

11.3.2. multa;

11.3.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



11.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5.1. Para as infrações previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.5.2. Para as infrações previstas nos itens 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5 e 11.2.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1 e 11.2.2., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5 e 11.2.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DAS SANÇÕES

12.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, no Portal da Transparência do Município de Atalaia do Norte/AM.

12.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Atalaia do Norte/AM.

12.3. Durante a análise da documentação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



12.4. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.7. Da sessão de análise dos documentos para o credenciamento será registrada em Ata.

12.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.8.1. ANEXO I – Termo de Referência;

12.8.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.8.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

12.8.3. ANEXO III - Declaração consolidada.

12.8.4. ANEXO IV - Modelo de Requerimento de Participação.

Atalaia do Norte/AM, 23 de Março de 2026.

RAINEY PEREIRA RENGIFO

Agente de Contratação
Decreto nº 020/GP/2026

DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA

Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO



TERMO DE REFERÊNCIA

Torna-se público que o município de Atalaia do Norte/AM, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará o credenciamento, na hipótese do ART. 6º, inciso XLIII, Art. 78 inciso I e Art.79 inciso I, II, III, e parágrafo único, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e demais legislações vigentes.

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM, CONFORME TABELA DE ITENS:**



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

1.2.

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	PLANTÕES POR ANO	MÉDIA UNITÁRIA	ESTIMATIVA MENSAL	MÉDIA GLOBAL 12 MESES
1	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	30	360	R\$ 2.323,95	R\$ 69.718,43	R\$ 836.621,10
2	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	30	360	R\$ 2.323,95	R\$ 69.718,43	R\$ 836.621,10
3	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	10	120	R\$ 2.664,04	R\$ 26.640,43	R\$ 319.685,20

14



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

4	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	10	120	R\$ 2.664,04	R\$ 26.640,43	R\$ 319.685,20
5	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ANESTESIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR : estimativa de até 10 (PROCEDIMENTOS) procedimentos de anestesiologia, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	30	360	R\$ 3.087,40	R\$ 92.622,00	R\$ 1.111.464,00
6	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ANESTESIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR : estimativa de até 10 (PROCEDIMENTOS) procedimentos de anestesiologia, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	30	360	R\$ 3.087,40	R\$ 92.622,00	R\$ 1.111.464,00



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

7	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE PEDIATRIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 150 (cento e cinquenta) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO.	15	180	R\$ 2.065,91	R\$ 30.988,69	R\$ 371.864,25
8	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE PEDIATRIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 150 (cento e cinquenta) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.	15	180	R\$ 2.065,91	R\$ 30.988,69	R\$ 371.864,25
9	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 200 (duzentos) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO.	15	180	R\$ 2.282,34	R\$ 34.235,03	R\$ 410.820,30



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

10	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 200 (duzentos) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses NOTURNO.	15	180	R\$ 2.282,34	R\$ 34.235,03	R\$ 410.820,30
11	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE CARDIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 100 (cem) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	15	180	R\$ 3.043,11	R\$ 45.646,70	R\$ 547.760,40
12	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE CARDIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 100 (cem) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	15	180	R\$ 3.043,11	R\$ 45.646,70	R\$ 547.760,40



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

13	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇO AMBULATORIAL DE CONSULTAS e/ou ATENDIMENTOS MÉDICOS DE PSQUIATRIA , para atendimento ambulatorial: estimativa de até 50 (cinquenta) consultas e/ou atendimentos ambulatoriais por mês, conforme seleção e demanda, a serem realizados no Centro de Atenção Psicossocial ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	10	120	R\$ 3.013,01	R\$ 30.130,07	R\$ 361.560,80
14	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇO AMBULATORIAL DE CONSULTAS e/ou ATENDIMENTOS MÉDICOS DE PSQUIATRIA , para atendimento ambulatorial: estimativa de até 50 (cinquenta) consultas e/ou atendimentos ambulatoriais por mês, conforme seleção e demanda, a serem realizados no Centro de Atenção Psicossocial ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	10	120	R\$ 3.013,01	R\$ 30.130,07	R\$ 361.560,80
15	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA: CONSULTA, MAPEAMENTO DE RETINA E TONOMETRIA E EXAMES DE CAMPIMETRIA EM PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE , a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	15	180	R\$ 2.909,22	R\$ 43.638,30	R\$ 523.659,60



ESTADO DO AMAZONAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO

16	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA: CONSULTA, MAPEAMENTO DE RETINA E TONOMETRIA E EXAMES DE CAMPIMETRIA EM PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE , a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	15	180	R\$ 2.909,22	R\$ 43.638,30	R\$ 523.659,60
17	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados em remoções EXTRAS ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	30	360	R\$ 2.379,43	R\$ 71.382,90	R\$ 856.594,80
18	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados em remoções EXTRAS ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	30	360	R\$ 2.379,43	R\$ 71.382,90	R\$ 856.594,80
19	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados nas unidades	20	240	R\$ 38.242,67	R\$ 764.853,33	R\$ 9.178.240,00



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

PODER EXECUTIVO



		Básicas de Saúde, com carga horária semanal de 40 horas, pelo período de 12 (doze) meses.					
QUANTIDADE GLOBAL				4080	VALOR GLOBAL	R\$ 19.858.300,90	



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. A contratação do objeto deste credenciamento é caracterizada como serviço comum, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. Considerando o objeto desse termo a serem credenciados, as Secretarias requisitantes remunerarão os credenciados, usando como base os preços médios registrados na tabela formada com base em cotações realizada no mercado local.
- 1.6. Os credenciados deverão, obrigatoriamente, consultar presencialmente no município de Atalaia do Norte/AM, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.7. O credenciamento terá como vigência o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do Edital, permanecendo o mesmo aberto ao ingresso de novos credenciados.
- 1.7.1.1. A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte -AM poderá prorrogar o prazo de vigência do presente edital de credenciamento, por até 10 (dez) anos, devendo realizar a publicação de extrato, informando a manutenção do Edital de Credenciamento para ingresso de novos credenciados.
- 1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto se refere a insumo indispensável para a continuidade do serviço público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

- 1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação se justifica pela **necessidade de garantir a continuidade, regularidade e eficiência da assistência médica em regime de plantão presencial** nas unidades de saúde sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Atalaia do Norte/AM, em especial no **Hospital de São Sebastião e nas Unidades Básicas de Saúde**, mediante a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos plantonistas.
- 2.2. Essa necessidade decorre da **obrigação constitucional do Município de assegurar o direito à saúde**, nos termos do **art. 196 da Constituição Federal**, que determina ser dever do Estado a formulação e execução de políticas sociais e econômicas visando à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. A assistência médica de urgência e emergência, em especial por plantonistas, representa serviço essencial e de caráter contínuo, cuja ausência compromete a vida e a integridade física da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 2.3. A opção pelo **credenciamento**, em vez de outras formas de contratação, encontra respaldo no ordenamento jurídico à luz da **Lei nº 14.133/2021**, que disciplina nova sistemática de licitações e contratações públicas:
 - O **art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/2021**, reconhece o procedimento de credenciamento como um dos mecanismos auxiliares de contratação, aplicável quando a Administração desejar construir uma relação com prestadores de serviço aptos a atender às condições estabelecidas no edital, sem exclusividade e sem limitação de número;
 - O **art. 78** define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público, pelo qual a Administração convoca interessados para prestarem serviços ou fornecerem bens, no qual os que atenderem aos requisitos se credenciam;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- O **art. 79** elenca as hipóteses em que o credenciamento pode ser utilizado, inclusive para contratações paralelas e não exclusivas, demonstrando sua adequação para serviços contínuos ou de necessidade operacional variável.
- 2.4. Entre as alternativas analisadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o credenciamento se mostra a solução mais adequada porque permite a habilitação de múltiplos profissionais qualificados para atuar em plantões, garantindo flexibilidade e adequação às demandas dinâmicas do sistema municipal de saúde, sem depender de um único fornecedor ou de processo licitatório tradicional que poderia comprometer a continuidade do serviço.
- 2.5. A jurisprudência administrativa e os entendimentos dos tribunais de contas também corroboram essa interpretação. Por exemplo, o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG)** já assentou que é viável a utilização do procedimento de credenciamento, nos termos do **art. 79 da Lei 14.133/21**, para contratações paralelas e não exclusivas, desde que demonstrada a especificidade do objeto e a vantagem para a Administração, observadas as regras legais e regulamentares aplicáveis.
- 2.6. No mesmo sentido, decisões e pareceres administrativos têm reconhecido que o credenciamento constitui instrumento legítimo para contratações, inclusive na área de serviços de saúde, quando a inviabilidade de competição se manifesta ou quando a contratação de múltiplos prestadores atende ao interesse público com maior efetividade e eficiência.
- 2.7. É importante destacar que não se trata de burlar a regra geral de licitação, prevista no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, mas sim de aplicar excepcionalmente um procedimento **legalmente previsto e alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia, publicidade e continuidade dos serviços públicos**, conforme disposto nos arts. 5º e 6º da Lei 14.133/21.

Além disso, o credenciamento atende aos princípios da **economicidade** e da **eficiência**, pois:

- amplia a concorrência, atraindo mais prestadores qualificados;
 - mitiga o risco de desassistência em caso de impossibilidade de um único contratado;
 - possibilita a formação de escalas de plantão mais flexíveis e adequadas à realidade local;
 - permite gestão mais eficaz dos recursos públicos.
- 2.8. A experiência também é respaldada por entendimentos anteriores à nova lei, do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, que reconheceu o credenciamento como forma legítima de contratação quando demonstrada a inviabilidade de competição e o atendimento eficiente do interesse público, inclusive para serviços de saúde e assistência em unidades públicas.
- 2.9. Adicionalmente, o credenciamento não impede a comparação de preços ou exigência de compatibilidade com valores de mercado, devendo a Administração demonstrar que os valores propostos são **razoáveis e compatíveis com a realidade local e regional**, conforme exigido nos critérios de pesquisa de preços do art. 23 da mesma lei.

Diante do exposto, a contratação por meio de credenciamento se apresenta não apenas **legal e possível**, mas também **necessária, adequada e vantajosa** para atender à necessidade pública de forma contínua, eficiente e conforme os princípios que regem as contratações públicas brasileiras.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TOPO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Jurídicos

A contratação deverá:

- Observar o procedimento de credenciamento previsto nos **arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021**;
- Atender aos princípios da Administração Pública previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**;
- Exigir habilitação jurídica compatível com o objeto;
- Comprovar regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do **art. 62 da Lei nº 14.133/2021**;
- Prever designação formal de gestor e fiscal do contrato, conforme **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

4.2 Requisitos Técnicos

Os interessados deverão comprovar:

- Registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Indicação formal dos profissionais que executarão os plantões;
- Comprovação de qualificação técnica compatível com atendimentos de urgência, emergência e clínica médica;
- Experiência mínima (se a Administração entender necessário);
- Capacidade de atuar em regime de plantão presencial.

Os profissionais deverão cumprir protocolos clínicos, normas sanitárias e diretrizes do SUS aplicáveis.

4.3 Requisitos Operacionais

A contratação deverá assegurar:

- Cobertura integral das escalas de plantão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Cumprimento rigoroso da carga horária estabelecida (12h ou 24h);
- Substituição imediata em caso de impossibilidade de comparecimento;
- Registro adequado dos atendimentos realizados;
- Observância das normas internas da unidade de saúde.

4.4 Requisitos Econômicos

- Definição prévia e objetiva do valor por plantão;
- Compatibilidade dos valores com o mercado regional, nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**;
- Pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço;
- Previsão de retenções legais e tributos aplicáveis.

4.5 Requisitos de Gestão e Fiscalização

- Designação de fiscal e gestor contratual;
- Controle de frequência e comprovação de execução dos plantões;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- Avaliação periódica da qualidade do serviço;
- Aplicação de penalidades em caso de descumprimento, conforme regime sancionatório dos **arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021**.

4.6 Requisitos de Distribuição dos Plantões

- Estabelecimento de critérios objetivos, impessoais e transparentes para distribuição das escalas;
- Vedação de favorecimento;
- Rotatividade ou sistema equitativo previamente definido no edital;
- Registro formal das designações.

Esse ponto é essencial para evitar questionamentos dos órgãos de controle.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação dos serviços será realizada conforme demanda da Secretaria demandante.

5.2. O objeto será executado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Secretarias demandantes.

5.3. As quantidades consideradas no quadro de quantidades e custos visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado.

5.4. O Credenciamento poderá ser feito a qualquer tempo, ficando os interessados cientes das condições previstas neste Termo de Referência e o Edital.

5.5. A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM promoverá a rotatividade dos abastecimentos, de acordo com o número de empresas credenciadas e de acordo com as suas necessidades, tendo em vista a demanda regular de viagens.

5.6. Não será aceito a execução de serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.878/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133/2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do Contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições nela estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do contratado e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos no fornecimento dos produtos.

6.9. O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com este Termo de Referência.

6.9.1. O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo os novos produtos serem entregues sem qualquer ônus para Contratante.

6.9.2. Caso a substituição não ocorra em até 48 (quarenta e oito) horas, ou no caso do novo produto também ser rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de sanções.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, III).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de Pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Forma de Pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de credenciamento de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei no 14.133/2021.

Forma de Fornecimento do Serviço

8.2. O serviço prestado de forma unitária por consulta médica.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Consulta ao SICAF e se está cadastrado de fornecedores da PMI;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

Nota explicativa¹: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5.2. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.11. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.13. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.15. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.16. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971;

8.17. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.18. Os documentos acima deverão estar acompanhados do ato de constituição e de todas as alterações ou da última consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; Comprovante de inscrição estadual da sede do licitante;

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.23. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.24. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei no 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita

Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei no 14.133, de 2021, art. 65, §1o).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – **Atestado de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a sua especialidade médica, válida neste edital para Ginecologista e Pediatra.

8.31. O (s) Atestado (s) deverão comprovar a boa e regular execução do serviço ao objeto do Edital e seus anexos;

8.32. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

8.33. A licitante deverá apresentar Licença Sanitária em vigência, emitida por entidade pública municipal ou estadual. Quando não houver indicação de prazo de validade pelo emissor do documento, serão consideradas válidas licenças emitidas a partir de 2024. Em caso de licenças emitidas antes desse prazo, apresentar documento autenticado que ateste a validade da licença, emitido pela instituição pública responsável.

8.34. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES .

Declarações consolidada a apresentar:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- 8.35. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- 8.36. Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 8.37. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 8.38. Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- 8.39. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 8.40. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- 8.41. Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 8.42. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- 8.43. Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- 8.44. Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso).
- 8.45. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.
- 8.46. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico- financeira;
- 8.47. Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.48. A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- 8.49. Para fins de atendimento ao que consta do Edital do CREDENCIAMENTO da Prefeitura de Atalaia do Norte/AM, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os equipamentos com as especificações e qualidade; 8.26. Conforme o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
- 8.49.1. A proposta apresentada para participar do CREDENCIAMENTO, foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 8.49.2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do CREDENCIAMENTO não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Presencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.49.3. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial, quanto a participar ou não da referida licitação;

8.49.4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do credenciamento não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do credenciamento antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

8.49.5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do credenciamento não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Atalaia do Norte/AM, antes da abertura oficial das propostas; e

8.49.6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

8.50. Quando da análise da documentação, a comissão de contratação deve levar em consideração que eventuais desatendimentos de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará o afastamento do licitante ou a invalidação do processo.

8.51. A comissão de contratação sempre que tiver dúvidas acerca da autenticidade da documentação ou de seu conteúdo deverá promover diligências a fim de dirimir e esclarecer a documentação, nos termos do art. 64 da Lei Federal no 14.133/2021.

8.52. A comissão de contratação, poderá ainda realizar diligências, no sentido de confirmar a validade de documentos que tenham expirado após a data de recebimento dos documentos, por meio eletrônico ou solicitação de informações ao órgão emissor, devendo consignar em ata quais as diligências realizadas.

8.53. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciam-te, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

8.54. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIVATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. As despesas decorrentes da execução desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a entidade solicitante no exercício 2026.

Unidade: 04.01.01 – Fundo Municipal de Saúde



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Classificação Funcional: 10302 0052 2050 0000 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

Fonte Pagadora: 600 - Recursos Próprios, 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

Em cumprimento ao que determina o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaramos que a despesa está adequada à Lei Orçamento, ao Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Indicar os dados pessoais do representante que será o preposto da CONTRATADA; Assinar o instrumento contratual;

10.2. Disponibilizar os telefones e correio eletrônico para contato em caso de necessidade, comunicando à CONTRATANTE quaisquer alterações;

10.3. Fornecer os itens contratados, sempre observando as especificações técnicas, os prazos e condições gerais fixadas no TERMO DE REFERÊNCIA, PROPOSTA COMERCIAL, EDITAL DA LICITAÇÃO E CONTRATO;

10.4. Providenciar a substituição dos itens que apresentem desconformidade com as especificações técnicas pactuadas;

10.5. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.6. Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento dos itens fornecidos e aceitos, conforme fixado neste Termo de Referência;

10.7. Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da gestão/fiscalização da execução do Contrato, inclusive observando os prazos fixados;

10.8. Realizar outras obrigações contidas neste Termo de Referência, visando garantir a eficácia da presente contratação.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- 11.2.1. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta;
- 11.2.1. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura do instrumento contratual;
- 11.2.2. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- 11.2.3. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no instrumento contratual, e registrá-las no SICAF; e
- 11.2.4. Efetuar o registro do ADJUDICATÁRIO e convocá-lo para a assinatura do instrumento contratual;
- 11.2.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços contratados;

11.7. Definir mecanismos de comunicação com as Seções Judiciárias envolvidas, contendo:

- a) as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- b) definição dos eventos a serem reportados ao órgão licitador, com a indicação de prazo e responsável.

11.8. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), observando, dentre outros:

- a) a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- b) as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos órgãos onde serão prestados os serviços, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
- c) as regras para a substituição da solução contratada em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

11.9. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

- 11.10. Emitir solicitação de fornecimento dos itens, objeto deste Termo de Referência, a partir da demanda da Instituição, formalizando a respectiva contratação;
- 11.11. Receber os itens fornecidos pela(s) fornecedor(s) contratada(s), segundo as quantidades, especificações e **condições** contidos neste TR, bem como nas referências indicadas na(s) respectiva(s) PROPOSTA(S) e contidos na ARP, **recusando** imediatamente todo aquele que estiver **desconforme**;
- 11.12. Prover condições que possibilitem o recebimento dos itens contratados;
- 11.13. Solicitar, sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção, adequação ou substituição de itens fornecidos pela CONTRATADA que apresentem não conformidade de especificação;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- 11.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo as regras e condições contidas neste TR, na ARP, no Edital da Licitação e, no que couber, na respectiva proposta comercial da CONTRATADA;
- 11.15. Instituir o acompanhamento efetivo e permanente da ARP, bem como da execução do CONTRATO, nos termos da legislação vigente;
- 11.16. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio do representante regularmente credenciado e pelos canais formais indicados pelas partes;
- 11.17. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o recebimento e aceitação ("ATESTO") dos itens fornecidos, e o cumprimento de todas as formalidades legais e contratuais previstas;
- 11.18. Apurar, por meio de processo administrativo, a responsabilidade em casos de eventuais descumprimentos das obrigações contratuais e legais, aplicando à CONTRATADA as sanções cabíveis e comunicando ao ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 11.19. Exigir que o gestor e o(s) fiscal(is) exerça(m) efetivamente suas atribuições, dando eficácia à presente contratação, como também que se relacionem sempre formalmente com a CONTRATADA, por meio de seu Preposto regularmente credenciado, procedendo ao devido registro no respectivo processo administrativo de gestão contratual;
- 11.20. Realizar eventuais retenções ou glosas de valores, como também ajustes de pagamentos, em decorrência do não cumprimento do contrato;
- 11.21. Comunicar, por meio de correio eletrônico, eventuais desconformidades técnicas de itens recebidos para fins de correção, garantindo-se o contraditório;
- 11.22. Não permitir que terceiros não autorizados pela CONTRATADA intervenham nos produtos durante o prazo de garantia ou suporte.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas as sanções administrativas nos casos previstos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 007/GP/2024, sendo submetidas à análise da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;

18.2 O eventual valor contratado será fixo e irrevogável;

18.3 Eventuais alterações contratuais, quanto ao valor contratado, reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal no 14.133, de 2021;

18.4 Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Edital de Licitação e demais legislações complementares que versem sobre o assunto.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



14. FORO

14.1. Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca do município de Atalaia do Norte/AM, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

21. ELABORAÇÃO DO TR

Atalaia do Norte/AM, 29 de Janeiro de 2026.

Equipe responsável pela elaboração do TR:

ANDERSON JERRY SOUZA GOES

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 003/GP, DE 02 DE ABRIL DE 2025

Aprovado:

RONALDO CALDAS DA SILVA MARICAUA

Procurador Geral do Município

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 463/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA

37



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM.

EIXO I – DA NECESSIDADE

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos de saúde prestados pelo Município de Atalaia do Norte/AM, especialmente no que se refere ao atendimento médico em regime de plantão presencial nas unidades de saúde sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. A saúde constitui direito fundamental garantido pelo **art. 196 da Constituição Federal**, sendo dever do Estado assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde. Nesse contexto, compete ao Município organizar e prestar os serviços de atendimento médico à população, nos termos do **art. 30, inciso VII, da Constituição Federal**, bem como das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
- 1.3. O Município apresenta características territoriais e geográficas específicas, com áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades de difícil acesso, o que exige a manutenção permanente de profissionais médicos para atendimento de urgência, emergência e demandas clínicas espontâneas. A ausência de cobertura médica em regime de plantão compromete diretamente a assistência à saúde, podendo ocasionar agravamento de quadros clínicos, aumento de transferências desnecessárias e risco à vida dos usuários do sistema municipal.
- 1.4. Além disso, a demanda por atendimentos médicos apresenta variações significativas ao longo do mês, exigindo flexibilidade na composição das escalas de plantão, inclusive para cobertura de afastamentos, férias, licenças e situações imprevisíveis. Tal circunstância reforça a necessidade de um modelo de contratação que permita a habilitação de múltiplos prestadores aptos a atender à demanda conforme necessidade da Administração.
- 1.5. Importa destacar que os serviços médicos plantonistas possuem natureza contínua e essencial, não podendo sofrer interrupções, sob pena de violação ao princípio da continuidade do serviço público, previsto implicitamente na ordem constitucional e expressamente observado nos princípios que regem a Administração Pública, conforme **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.
- 1.6. Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir a manutenção ininterrupta do atendimento médico nas unidades de saúde do Município, assegurando a efetividade das políticas públicas de saúde, a proteção da vida e da integridade física da população e o cumprimento das obrigações legais e constitucionais atribuídas ao ente municipal.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

2.1. O quadro abaixo demonstra a somatória dos quantitativos de cada tipo de serviço que as Secretarias apresentaram para atendimento de suas necessidades no decorrer do ano:

2.2. A estimativa da quantidade necessária dessa contratação é fundamentada em uma análise cuidadosa da média de consumo registrada nos anos anteriores, considerando também as variações sazonais e as características operacionais.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



2.3. Essa abordagem baseada em dados históricos e análises detalhadas permite uma projeção confiável e realista da quantidade de serviços, requerida para manter a operacionalidade de forma eficiente e econômica, contribuindo assim para o planejamento estratégico e a gestão eficaz dos recursos da Prefeitura.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para atendimento da necessidade pública identificada, a solução adotada deverá observar requisitos técnicos, jurídicos e operacionais mínimos e indispensáveis à adequada execução dos serviços médicos plantonistas, garantindo qualidade assistencial, continuidade do serviço público e conformidade com a legislação vigente.

3.2. Requisitos Jurídicos

- Estar fundamentada no **art. 79 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza o credenciamento quando a Administração pretende contratar todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas;
- Observar os princípios previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, especialmente legalidade, eficiência, planejamento, transparência, isonomia e continuidade do serviço público;
- Exigir habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira compatíveis com a natureza do serviço.

3.3. Requisitos Técnicos

Os interessados deverão comprovar:

- Registro regular e ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Capacidade técnica para prestação de serviços médicos compatíveis com o objeto (urgência, emergência e clínica médica);
- Disponibilidade para atuação em regime de plantão presencial;
- Indicação formal dos profissionais que prestarão os serviços;
- Cumprimento das normas do Ministério da Saúde e protocolos clínicos aplicáveis.

3.4. Requisitos Operacionais

A contratação deverá garantir:

- Cobertura integral das escalas de plantão estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Atendimento presencial nas unidades de saúde indicadas pela Administração;
- Substituição imediata em caso de ausência do profissional escalado;
- Cumprimento da carga horária definida para cada plantão;
- Registro adequado dos atendimentos realizados.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



3.5. Requisitos Econômicos

- Definição prévia de valores unitários por plantão, com base em pesquisa de mercado e compatibilidade com a realidade regional;
- Remuneração padronizada, assegurando tratamento isonômico entre credenciados;
- Pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.

3.6. Justificativa da Adequação do Credenciamento

A escolha do credenciamento mostra-se necessária e suficiente porque:

- Permite a contratação simultânea de múltiplos prestadores;
- Garante maior flexibilidade na formação das escalas;
- Evita risco de desassistência médica;
- Amplia a competitividade e a transparência;
- Atende à natureza contínua e essencial do serviço.

O modelo é especialmente adequado quando há possibilidade de contratação paralela e não exclusiva, com critérios objetivos e valores previamente definidos pela Administração.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Objetivo do Levantamento

O presente levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade pública consistente na prestação de serviços médicos plantonistas nas unidades de saúde do Município de Atalaia do Norte/AM, bem como verificar a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, nos termos do **art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021**.

4.2. Análise das Alternativas Existentes

Foram consideradas as seguintes alternativas de contratação:

a) Realização de concurso público para provimento de cargos efetivos

Embora juridicamente possível, essa alternativa não se mostra suficiente para atendimento imediato e flexível das escalas de plantão, considerando:

- A morosidade do procedimento;
- A dificuldade histórica de fixação de profissionais médicos em municípios de difícil acesso;
- A necessidade de cobertura eventual de escalas variáveis.

Além disso, o regime estatutário não supre adequadamente demandas intermitentes ou flutuantes de plantão.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



b) Contratação por meio de pregão (licitação tradicional)

A realização de pregão com adjudicação a único fornecedor poderia gerar:

- Dependência excessiva de um único contratado;
- Risco de desassistência em caso de inadimplemento;
- Dificuldade de cobertura simultânea de múltiplos plantões.

Como a Administração não pretende exclusividade, mas sim a contratação simultânea de múltiplos prestadores aptos, essa modalidade não se mostra a mais eficiente.

c) Credenciamento de múltiplos prestadores

O credenciamento, com fundamento no **art. 79 da Lei nº 14.133/2021**, mostrou-se a alternativa mais adequada, pois:

- Permite a habilitação contínua de interessados;
- Autoriza a contratação paralela e não exclusiva;
- Garante maior flexibilidade na gestão das escalas;
- Amplia a competitividade e a transparência;
- Mitiga risco de interrupção do serviço público.

Diante da natureza essencial e contínua dos serviços médicos plantonistas, o modelo de credenciamento revela-se tecnicamente mais eficiente e alinhado ao interesse público.

4.3. Pesquisa de Preços

Para fins de definição do valor de referência por plantão, foram adotados os seguintes parâmetros:

- Consulta a contratos similares celebrados por municípios de porte e características geográficas semelhantes;
- Verificação de valores praticados em credenciamentos de municípios da região Norte;
- Análise de valores praticados em exercícios anteriores no próprio Município;
- Consulta a profissionais e empresas atuantes na área.

O levantamento demonstrou que os valores praticados variam conforme:

- Duração do plantão (12h);
- Complexidade da unidade (hospitalar ou UBS);
- Localização geográfica;
- Dificuldade de provimento profissional.

Os valores apurados mostram-se compatíveis com o mercado regional e suficientes para atrair interessados, garantindo economicidade e razoabilidade na fixação do preço público a ser estabelecido no edital de credenciamento.



4.4. Conclusão do Levantamento

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que o **credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos plantonistas** constitui a solução mais adequada, suficiente e proporcional para atendimento da necessidade pública identificada, assegurando continuidade do serviço essencial de saúde, flexibilidade operacional e observância aos princípios da eficiência, planejamento e supremacia do interesse público, conforme previsto no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

5. SOLUÇÃO

5.1. Descrição da Solução Escolhida

A solução adotada para atendimento da necessidade pública identificada consiste na realização de **CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos plantonistas**, para atuação em regime de plantão presencial nas unidades de saúde do Município de Atalaia do Norte/AM.

O credenciamento será realizado nos termos do **art. 79 da Lei nº 14.133/2021**, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas pela Administração, com contratação paralela e não exclusiva.

5.2. Justificativa Técnica da Solução

A solução foi escolhida considerando:

- A natureza contínua e essencial do serviço médico plantonista;
- A necessidade de formação flexível de escalas;
- A variação da demanda ao longo do período;
- A necessidade de cobertura simultânea de múltiplos plantões;
- O risco de desassistência caso haja dependência de único fornecedor.

O modelo de credenciamento é o que melhor atende à realidade administrativa do Município, pois permite a contratação de múltiplos prestadores aptos, assegurando maior disponibilidade de profissionais e mitigando riscos operacionais.

5.3. Características da Solução

A solução contemplará:

- Fixação prévia de valor por plantão (12h ou 24h);
- Credenciamento permanente durante o período de vigência;
- Contratação por demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;
- Distribuição de plantões mediante critérios objetivos e impessoais;
- Fiscalização contratual formalmente designada;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



- Pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.

5.4. Resultados Esperados

Com a adoção do credenciamento, espera-se:

- Garantir continuidade ininterrupta dos serviços médicos;
- Reduzir risco de desassistência à população;
- Ampliar o número de profissionais disponíveis;
- Assegurar eficiência na gestão das escalas;
- Promover maior transparência e competitividade;
- Atender aos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Conclusão

Diante do levantamento de mercado realizado e da análise das alternativas disponíveis, conclui-se que o credenciamento constitui solução adequada, suficiente, proporcional e juridicamente segura para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte/AM, garantindo a prestação contínua e eficiente dos serviços médicos plantonistas.

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Estimativa de Quantidade e valor:

A estimativa de quantitativos foi elaborada com base:

- No histórico de plantões realizados nos exercícios anteriores;
- Na necessidade de cobertura integral das escalas médicas do Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde;
- Na obrigatoriedade de funcionamento ininterrupto dos serviços de urgência e emergência;
- Na média mensal de atendimentos realizados;
- Na necessidade de cobertura de férias, afastamentos e substituições eventuais.

A estimativa de valor foi elaborada com base em:

- Pesquisa de preços em municípios de porte e características semelhantes;
- Valores praticados em contratos anteriores do próprio Município;
- Consulta a prestadores regionais;
- Compatibilidade com a realidade geográfica e logística local.

O valor estimado representa teto máximo de contratação, não havendo garantia de execução integral, uma vez que o credenciamento permite contratação sob demanda, conforme necessidade da Administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	PLANTÕES POR ANO	MÉDIA UNITÁRIA	ESTIMATIVA MENSAL	MÉDIA GLOBAL 12 MESES
1	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	30	360	R\$ 2.323,95	R\$ 69.718,43	R\$ 836.621,10
2	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	30	360	R\$ 2.323,95	R\$ 69.718,43	R\$ 836.621,10
3	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	10	120	R\$ 2.664,04	R\$ 26.640,43	R\$ 319.685,20
4	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	10	120	R\$ 2.664,04	R\$ 26.640,43	R\$ 319.685,20



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18

5	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ANESTESIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR: estimativa de até 10 (PROCEDIMENTOS) procedimentos de anestesiologia, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO.	30	360	R\$ 3.087,40	R\$ 92.622,00	R\$ 1.111.464,00
6	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE ANESTESIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR: estimativa de até 10 (PROCEDIMENTOS) procedimentos de anestesiologia, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.	30	360	R\$ 3.087,40	R\$ 92.622,00	R\$ 1.111.464,00
7	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE PEDIATRIA NA UNIDADE HOSPITALAR, para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 150 (cento e cinquenta) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO.	15	180	R\$ 2.065,91	R\$ 30.988,69	R\$ 371.864,25
8	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE PEDIATRIA NA UNIDADE HOSPITALAR, para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 150 (cento e cinquenta) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.	15	180	R\$ 2.065,91	R\$ 30.988,69	R\$ 371.864,25



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18

9	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 200 (duzentos) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	15	180	R\$ 2.282,34	R\$ 34.235,03	R\$ 410.820,30
10	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 200 (duzentos) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses NOTURNO.	15	180	R\$ 2.282,34	R\$ 34.235,03	R\$ 410.820,30
11	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE CARDIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 100 (cem) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	15	180	R\$ 3.043,11	R\$ 45.646,70	R\$ 547.760,40
12	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE CARDIOLOGIA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento emergencial e ambulatorial: estimativa de até 100 (cem) atendimentos (consultas) mensais, a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.	15	180	R\$ 3.043,11	R\$ 45.646,70	R\$ 547.760,40



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18

13	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇO AMBULATORIAL DE CONSULTAS e/ou ATENDIMENTOS MÉDICOS DE PSQUIATRIA , para atendimento ambulatorial: estimativa de até 50 (cinquenta) consultas e/ou atendimentos ambulatoriais por mês, conforme seleção e demanda, a serem realizados no Centro de Atenção Psicossocial ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	10	120	R\$ 3.013,01	R\$ 30.130,07	R\$ 361.560,80
14	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇO AMBULATORIAL DE CONSULTAS e/ou ATENDIMENTOS MÉDICOS DE PSQUIATRIA , para atendimento ambulatorial: estimativa de até 50 (cinquenta) consultas e/ou atendimentos ambulatoriais por mês, conforme seleção e demanda, a serem realizados no Centro de Atenção Psicossocial ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO .	10	120	R\$ 3.013,01	R\$ 30.130,07	R\$ 361.560,80
15	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA: CONSULTA, MAPEAMENTO DE RETINA E TONOMETRIA E EXAMES DE CAMPIMETRIA EM PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE , a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO .	15	180	R\$ 2.909,22	R\$ 43.638,30	R\$ 523.659,60
16	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA: CONSULTA, MAPEAMENTO DE RETINA E TONOMETRIA E EXAMES DE CAMPIMETRIA EM PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE , a serem realizados no Hospital ou outro local indicado pela	15	180	R\$ 2.909,22	R\$ 43.638,30	R\$ 523.659,60



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18

		SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.					
17	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados em remoções EXTRAS ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - DIURNO.	30	360	R\$ 2.379,43	R\$ 71.382,90	R\$ 856.594,80
18	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA UNIDADE HOSPITALAR , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados em remoções EXTRAS ou outro local indicado pela SEMSA, conforme demanda, pelo período de 12 (doze) meses - NOTURNO.	30	360	R\$ 2.379,43	R\$ 71.382,90	R\$ 856.594,80
19	12 HORAS (PLANTÃO)	Prestação de SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO GENERALISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE , para atendimento assistencial ambulatorial: a serem realizados nas unidades Básicas de Saúde, com carga horária semanal de 40 horas, pelo período de 12 (doze) meses.	20	240	R\$ 38.242,67	R\$ 764.853,33	R\$ 9.178.240,00
QUANTIDADE GLOBAL				4080	VALOR GLOBAL		R\$ 19.858.300,90



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO
MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



.18





6.3. Adequação Orçamentária

A despesa encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual vigente e com o Plano Plurianual, observando-se os princípios do planejamento e responsabilidade fiscal.

6.4 Conclusão

A estimativa de quantidade e valor mostra-se adequada, razoável e proporcional à necessidade pública identificada, atendendo ao disposto no **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo previsibilidade orçamentária, eficiência administrativa e segurança jurídica à contratação.

7. JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica pela **necessidade de garantir a continuidade, regularidade e eficiência da assistência médica em regime de plantão presencial** nas unidades de saúde sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Atalaia do Norte/AM, em especial no **Hospital de São Sebastião e nas Unidades Básicas de Saúde**, mediante a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos plantonistas.

Essa necessidade decorre da **obrigação constitucional do Município de assegurar o direito à saúde**, nos termos do **art. 196 da Constituição Federal**, que determina ser dever do Estado a formulação e execução de políticas sociais e econômicas visando à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. A assistência médica de urgência e emergência, em especial por plantonistas, representa serviço essencial e de caráter contínuo, cuja ausência compromete a vida e a integridade física da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

A opção pelo **credenciamento**, em vez de outras formas de contratação, encontra respaldo no ordenamento jurídico à luz da **Lei nº 14.133/2021**, que disciplina nova sistemática de licitações e contratações públicas:

- O **art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/2021**, reconhece o procedimento de credenciamento como um dos mecanismos auxiliares de contratação, aplicável quando a Administração desejar construir uma relação com prestadores de serviço aptos a atender às condições estabelecidas no edital, sem exclusividade e sem limitação de número;
- O **art. 78** define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público, pelo qual a Administração convoca interessados para prestarem serviços ou fornecerem bens, no qual os que atenderem aos requisitos se credenciam;
- O **art. 79** elenca as hipóteses em que o credenciamento pode ser utilizado, inclusive para contratações paralelas e não exclusivas, demonstrando sua adequação para serviços contínuos ou de necessidade operacional variável.

Entre as alternativas analisadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o credenciamento se mostra a solução mais adequada porque permite a habilitação de múltiplos profissionais qualificados para atuar em plantões,



garantindo flexibilidade e adequação às demandas dinâmicas do sistema municipal de saúde, sem depender de um único fornecedor ou de processo licitatório tradicional que poderia comprometer a continuidade do serviço.

A jurisprudência administrativa e os entendimentos dos tribunais de contas também corroboram essa interpretação. Por exemplo, o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG)** já assentou que é viável a utilização do procedimento de credenciamento, nos termos do **art. 79 da Lei 14.133/21**, para contratações paralelas e não exclusivas, desde que demonstrada a especificidade do objeto e a vantagem para a Administração, observadas as regras legais e regulamentares aplicáveis.

No mesmo sentido, decisões e pareceres administrativos têm reconhecido que o credenciamento constitui instrumento legítimo para contratações, inclusive na área de serviços de saúde, quando a inviabilidade de competição se manifesta ou quando a contratação de múltiplos prestadores atende ao interesse público com maior efetividade e eficiência.

É importante destacar que não se trata de burlar a regra geral de licitação, prevista no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, mas sim de aplicar excepcionalmente um procedimento **legalmente previsto e alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia, publicidade e continuidade dos serviços públicos**, conforme disposto nos arts. 5º e 6º da Lei 14.133/21.

Além disso, o credenciamento atende aos princípios da **economicidade** e da **eficiência**, pois:

- amplia a concorrência, atraindo mais prestadores qualificados;
- mitiga o risco de desassistência em caso de impossibilidade de um único contratado;
- possibilita a formação de escalas de plantão mais flexíveis e adequadas à realidade local;
- permite gestão mais eficaz dos recursos públicos.

A experiência também é respaldada por entendimentos anteriores à nova lei, do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, que reconheceu o credenciamento como forma legítima de contratação quando demonstrada a inviabilidade de competição e o atendimento eficiente do interesse público, inclusive para serviços de saúde e assistência em unidades públicas.

Adicionalmente, o credenciamento não impede a comparação de preços ou exigência de compatibilidade com valores de mercado, devendo a Administração demonstrar que os valores propostos são **razoáveis e compatíveis com a realidade local e regional**, conforme exigido nos critérios de pesquisa de preços do art. 23 da mesma lei.

Diante do exposto, a contratação por meio de credenciamento se apresenta não apenas **legal e possível**, mas também **necessária, adequada e vantajosa** para atender à necessidade pública de forma contínua, eficiente e conforme os princípios que regem as contratações públicas brasileiras.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

No exercício de 2025, o Município de Atalaia do Norte/AM manteve contrato administrativo para prestação de serviços médicos plantonistas, destinado ao atendimento das unidades de saúde sob gestão da Secretaria



Municipal de Saúde. Referido contrato teve sua vigência regularmente encerrada em janeiro de 2026, não havendo, até o presente momento, instrumento contratual vigente para cobertura das escalas médicas.

A inexistência de contrato ativo para a prestação de serviços médicos plantonistas gera situação de elevada vulnerabilidade administrativa e assistencial, considerando que se trata de serviço essencial e contínuo, vinculado diretamente à proteção da vida e da saúde da população, nos termos do **art. 196 da Constituição Federal**.

Importa destacar que a contratação ora pretendida não configura prorrogação contratual indevida, tampouco recontração automática, mas sim novo procedimento administrativo fundamentado na **Lei nº 14.133/2021**, com base no mecanismo de credenciamento previsto nos **arts. 78 e 79** da referida norma.

A contratação anterior demonstra a existência histórica e permanente da necessidade pública, servindo como parâmetro para estimativa de quantitativos e valores, nos termos do **art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, que exige análise da demanda e justificativa técnica da solução.

Ressalte-se que, no período compreendido entre fevereiro e março de 2026, a Administração encontra-se sem cobertura contratual formal para a prestação dos serviços médicos plantonistas, o que reforça a urgência na formalização do novo procedimento, a fim de restabelecer a regularidade administrativa e assegurar a continuidade da assistência à saúde.

No tocante à interdependência, verifica-se que a presente contratação guarda relação direta com:

- Contratos de fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares;
- Contratos de serviços laboratoriais e exames complementares;
- Contratos de manutenção de equipamentos hospitalares;
- Gestão administrativa da rede municipal de saúde.

Tais instrumentos dependem da presença de profissionais médicos para plena efetividade, uma vez que a atuação médica é elemento central da prestação do serviço público de saúde.

Dessa forma, conclui-se que a contratação ora proposta possui natureza correlata a contratos anteriores de mesma finalidade e interdependente com demais instrumentos que compõem a estrutura da política pública municipal de saúde, sendo imprescindível para o funcionamento adequado do sistema local.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A presente contratação, que tem por objeto o credenciamento de profissionais médicos especializados em Ginecologia e Pediatria, encontra-se devidamente alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, bem como aos instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a coerência entre o planejamento, a execução orçamentária e as necessidades da população.



9.2. Vinculação aos instrumentos de planejamento municipal

9.2.1. Plano Plurianual (PPA 2026–2029), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2026), Lei Orçamentária Anual (LOA 2026).

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação por meio de credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos plantonistas tem como finalidade alcançar resultados concretos e mensuráveis no âmbito da política pública municipal de saúde, assegurando eficiência administrativa, continuidade do serviço público e melhoria da qualidade assistencial.

10.1. Garantia da Continuidade do Serviço Público

O principal resultado pretendido é assegurar a manutenção ininterrupta dos atendimentos médicos em regime de plantão presencial nas unidades de saúde do Município, especialmente no Hospital Municipal e nas Unidades Básicas de Saúde, evitando desassistência à população e reduzindo riscos decorrentes da ausência de profissionais habilitados.

Tal medida observa o princípio da continuidade do serviço público e concretiza o dever constitucional previsto no **art. 196 da Constituição Federal**, além de atender aos princípios da eficiência e do planejamento estabelecidos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

10.2. Ampliação da Capacidade de Atendimento

Com o credenciamento de múltiplos prestadores, pretende-se:

- Ampliar o número de profissionais disponíveis para compor escalas;
- Reduzir sobrecarga de trabalho;
- Melhorar o tempo de resposta nos atendimentos;
- Diminuir a necessidade de transferências externas por ausência de médico plantonista.

10.3. Flexibilidade na Gestão das Escalas

A contratação por credenciamento permitirá maior flexibilidade na composição das escalas de plantão, possibilitando:

- Cobertura de afastamentos, férias e licenças;
- Ajuste da escala conforme variação da demanda;
- Distribuição equitativa dos plantões entre credenciados.

Esse modelo evita dependência exclusiva de único contratado e mitiga riscos operacionais.



10.4 Segurança Jurídica e Regularidade Administrativa

Considerando que o contrato anterior foi encerrado em janeiro de 2026 e que atualmente não há instrumento contratual vigente, a formalização do credenciamento restabelece a regularidade administrativa, prevenindo riscos de responsabilização por execução de despesa sem cobertura contratual.

O procedimento encontra fundamento nos **arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021**, conferindo segurança jurídica à contratação.

10.5 Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Com a fixação prévia de valores por plantão, baseados em pesquisa de mercado (art. 23 da Lei 14.133/21), busca-se:

- Garantir compatibilidade com valores regionais;
- Assegurar economicidade;
- Promover transparência e isonomia entre os credenciados.

10.6 Melhoria da Qualidade Assistencial

A contratação de profissionais devidamente habilitados e regularmente inscritos no CRM permitirá:

- Atendimento técnico qualificado;
- Redução de riscos clínicos;
- Maior resolutividade dos casos atendidos;
- Fortalecimento da rede municipal de saúde.

10.7 Conclusão

Os resultados pretendidos com a presente contratação consistem na consolidação de um modelo estável, eficiente e juridicamente seguro de prestação de serviços médicos plantonistas, garantindo atendimento contínuo à população de Atalaia do Norte/AM e assegurando conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS

11.1. Formalização da Demanda pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), contendo a justificativa, estimativa de custos, quantidade de consultas e demais elementos necessários, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

11.2. Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), detalhando a necessidade da contratação, a solução mais adequada, a análise de mercado, a estimativa de quantidades e custos, bem como o alinhamento ao planejamento municipal.



11.3. **Realização de Pesquisa de Preços**, contemplando ao menos três fontes distintas (portais oficiais, contratações similares, fornecedores do mercado), para definição do valor estimado da contratação, nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022 e orientações da IN nº 65/2021 e TCU.

11.4. **Análise Jurídica Prévia**, com envio do processo completo à Procuradoria Jurídica do Município para manifestação quanto à legalidade, razoabilidade e adequação da contratação.

11.5. **Definição da Modalidade de Contratação**, observando o valor estimado, o objeto pretendido e a urgência da demanda, podendo ocorrer por licitação ou, se amparado em hipótese legal, por credenciamento, conforme arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. **Elaboração do Termo de Referência (TR)**, contendo descrição detalhada das especialidades médicas, quantitativos estimados (480 consultas por ano para cada especialidade), valor estimado, condições de execução, prazos, obrigações das partes e critérios de medição.

11.7. **Publicação do Extrato da Contratação**, conforme regramento local e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência e publicidade do ato administrativo.

11.8. **Formalização do Contrato**, com assinatura entre o Município e a empresa/ profissional contratado, observando cláusulas obrigatórias (art. 92 da Lei 14.133/2021), prazos, penalidades e requisitos técnicos.

11.9. **Acompanhamento e Fiscalização da Execução Contratual**, mediante designação formal de fiscais técnico e administrativo, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. **Registro dos Serviços Executados**, com relatórios mensais de consultas realizadas por especialidade, garantindo controle quantitativo e qualitativo.

11.11. **Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados**, ao final de cada período contratual, verificando economicidade, eficiência e atendimento ao planejamento da saúde municipal.

12. IMPACTO AMBIENTAL

12.1. A contratação de serviços médicos especializados, com a oferta estimada de 480 consultas anuais por especialidade, **não gera impactos ambientais significativos**, considerando que:

12.1.1. **A atividade consiste em prestação de serviços de saúde ambulatoriais**, sem execução de obras, instalação de novos equipamentos de grande porte ou intervenções físicas em áreas urbanas ou ambientais.

12.1.2. **O atendimento será realizado em ambiente já existente**, pertencente à rede municipal de saúde ou credenciado, não exigindo alterações estruturais, ampliação predial ou geração relevante de resíduos além dos já rotineiramente produzidos pelo funcionamento das unidades de saúde.



12.1.3. Os resíduos gerados (como materiais perfurocortantes, resíduos ambulatoriais e comuns) se enquadram nos tipos já previstos no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do Município, não havendo aumento expressivo na quantidade produzida que possa comprometer a capacidade de manejo.

12.1.4. A empresa ou profissional contratado deverá seguir integralmente as normas ambientais e sanitárias, incluindo:

12.1.4.1. Resoluções da ANVISA relacionadas a resíduos de serviços de saúde (RDC nº 222/2018);

12.1.4.2. Normas municipais de descarte e recolhimento;

12.1.4.3. Boas práticas ambientais previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

12.2. Não há consumo adicional significativo de energia, água ou insumos que possa caracterizar impacto ambiental relevante ou exigir licenciamento ambiental.

13. VIABILIDADE

13.1 Viabilidade Técnica

A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos plantonistas mostra-se tecnicamente viável, uma vez que:

- Há disponibilidade de profissionais e empresas aptas a atender ao objeto;
- O mercado regional demonstra capacidade de fornecimento do serviço;
- O modelo de credenciamento permite a habilitação contínua de interessados;
- A solução é compatível com a natureza contínua e essencial do serviço.

O credenciamento, previsto nos **arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021**, revela-se instrumento adequado quando a Administração pretende contratar todos os interessados que preencham os requisitos previamente estabelecidos, especialmente em serviços que admitem contratação paralela e não exclusiva.

13.2 Viabilidade Jurídica

A contratação encontra respaldo:

- No **art. 196 da Constituição Federal**, que impõe ao Estado o dever de garantir assistência à saúde;
- No **art. 30, VII, da Constituição Federal**, que atribui ao Município competência para organizar e prestar serviços de saúde;
- Nos **arts. 5º, 6º, 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021**, que disciplinam os princípios e o procedimento de credenciamento;
- No **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, quanto à necessidade de compatibilidade dos preços com o mercado.

A solução adotada respeita os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, isonomia, publicidade e supremacia do interesse público.



13.3 Viabilidade Operacional

Do ponto de vista operacional, a contratação é viável porque:

- Permite flexibilidade na formação das escalas de plantão;
- Reduz o risco de desassistência médica;
- Possibilita substituição imediata em caso de ausência;
- Evita dependência exclusiva de único fornecedor.

A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de estrutura administrativa para fiscalizar e gerir os contratos decorrentes do credenciamento, com designação formal de fiscal de contrato, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

13.4 Viabilidade Orçamentária

A despesa encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual vigente e com as dotações destinadas à manutenção dos serviços de saúde, observando-se os princípios do planejamento e da responsabilidade fiscal.

A estimativa de valor foi elaborada com base em pesquisa de mercado, atendendo às diretrizes do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, demonstrando compatibilidade com os valores praticados na região.

13.5 Análise da Situação Atual

Considerando que o contrato anterior foi encerrado em janeiro de 2026 e que não há instrumento contratual vigente nos meses subsequentes, a formalização do credenciamento mostra-se medida necessária para restabelecer a regularidade administrativa e assegurar a continuidade do serviço público essencial.

A ausência de formalização contratual poderia gerar risco de responsabilização administrativa, razão pela qual a conclusão pela viabilidade também se fundamenta na necessidade de recomposição da segurança jurídica da contratação.

13.6 Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação por meio de credenciamento é **viável, necessária, adequada e proporcional**, atendendo às exigências legais e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente aqueles previstos na **Lei nº 14.133/2021**, demonstrando-se solução eficaz para assegurar a continuidade dos serviços médicos plantonistas no Município de Atalaia do Norte/AM.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprofundou-se em diferentes perspectivas da solução pretendida, buscando apresentar um panorama completo e esclarecedor. Através de uma análise metódica, foram mapeadas as alternativas viáveis, considerando seus prós e contras, e avaliando sua viabilidade técnica e econômica.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

14.2 Além disso, cumpre informar que a presente contratação está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente

14.3. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

15. DA CLASSIFICAÇÃO DO ETP NOS TERMOS DA LEI 12.527/2011

15.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) não contém nenhuma das informações previstas no artigo 23 da Lei 12.527/2011 sendo, portanto, desnecessária sua classificação como ultrassecreto, secreto ou reservado.

15.2 Não obstante o controle e a divulgação das informações constantes neste estudo observarão as cautelas previstas no artigo 31 do referido diploma legal.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO CONTRATAÇÃO	
NOME	ASSINATURAS
Alcimar Cruz Pereira - Matrícula: 5338	
Ana Beatriz Matias de Souza – Matrícula: 6281-4	
Diego Francisco Silva dos Santos - Matrícula: 8842	

29 de Janeiro de 2026, Atalaia do Norte/AM

ANDERSON JERRY SOUZA GOES

Secretário Municipal de Saúde

58



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



PORTARIA Nº 003/GP, DE 02 DE ABRIL DE 2025

Aprovado:

RONALDO CALDAS DA SILVA MARICAU

Procurador Geral do Município

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N ° XXX/2026– PMATN

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 PROCESSO ADM Nº XXX.XX/2026

Contrato de Fornecimento que fazem entre si a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM e a empresa

O **MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE**, por intermédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua XXXXXX, no XXXX, XXXXXX, Atalaia do Norte /AM, inscrita no CNPJ sob o no XXXXXXXXXX, representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade no XXXXX SSP/AM e CPF no XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, Atalaia do Norte /AM, de acordo com atribuição de competência contida na Lei Orgânica do Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ XXX.XXX.XXX/0001- XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX, XXXX/XX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu (representante legal), o Senhor(a). XXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade no XXXXX SSP/AM e CPF no XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX- XXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo XXX/2024, e em observância às disposições da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento no XXX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

59



Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM
Rua Augusto Luzeiro, 65, Centro
CEP: 69650-000



1.1. O presente ajuste tem por objeto a **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, INCLUINDO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CLÍNICOS, E DEMAIS PROCEDIMENTO COMPATÍVEIS COM A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE/AM**, para atendimento das necessidades das Secretarias do Município de Atalaia do Norte-AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos e especificações no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V.TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação deste, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2. **2.1.2.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. **2.1.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4. **2.1.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções

de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

1. 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
2. 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. O valor proposto poderá ser reajustado, observado interregno mínimo de 01 (um) ano, pelo índice do IPCA, conforme dispõe a legislação em vigência.

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.



8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos ao fornecimento

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato,



com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021.

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei no 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei no 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei no 14.133, de 2021).



IV. Multa:

1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
 2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 11, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei no 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei no 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei no 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei no 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei no 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei no 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei no 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei no 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; **12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade: 04.01.01 – Fundo Municipal de Saúde

Classificação Funcional: 10302 0052 2050 0000 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

Fonte Pagadora: 600 - Recursos Próprios, 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;



13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei no 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei no 14.133/2021, e ao art. 8o, §2o, da Lei no 12.527, de 2011, c/c art. 7o, §3o, inciso V, do Decreto no 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1o)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Atalaia do Norte-AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133/21.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Atalaia do Norte-AM, de.....de 2026



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE XXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

(RAZÃO SOCIAL)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

(Cargo do Representante Legal)

Testemunhas:

NOME:

RG:

NOME:

RG:

ANEXO III - DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

A

Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM

Comissão Municipal de Licitação CREDENCIAMENTO No 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO No 3001/2026

A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a

“XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.”

_____,(razão social da empresa) com sede na _____, inscrita no CNPJ no _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade no _____ e do CPF no _____, na qualidade de representante legal, participante do Processo em epigrafe instaurado pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte- AM, DECLARAR, sob as penas da lei

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE



MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

- c) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d) Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- g) Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- i) Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- j) Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso).
- k) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a comissão de contratação

aceitará como válida as expedidas até 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

l) Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

m) Que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18



ANEXO IV - MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Requeiro a minha participação no Credenciamento no 001/2026, para prestar os seguintes serviços à Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
VALOR TOTAL					

Declaro que tenho pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Credenciamento em causa e plena concordância com as condições estabelecidas no edital e todos os seus anexos.

Declaro, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade deste requerimento de participação com as exigências do edital.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXX de 2026.

Nome empresa
Nome representante empresa